

FEMINISMOS E SOCIALISMOS: CUMPLICIDADES NECESSÁRIAS

JOÃO MANUEL CALHAU DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO: OS TELHADOS DE VIDRO DO FEMINISMO LIBERAL

No meu trabalho enquanto pesquisador e professor de teoria feminista, assim como no meu trabalho político, envolvido com movimentos sociais e militante de um partido político em Portugal, o Bloco de Esquerda, pensar sobre a relação entre feminismos e socialismo é uma das questões que interliga essas várias posições que vou ocupando. Estou a usar aqui socialismo como um termo provisório e contestado. Este artigo parte de um texto que escrevi previamente, publicado em Portugal na obra *ABC do Socialismo*, organizado por Catarina Príncipe e João Mineiro (2019), camaradas e amigxs de longa data, que afirmam no capítulo que abre o livro:

O socialismo constrói-se, por isso, em oposição ao capitalismo, uma forma de organização económica que tem como pilar fundamental a dominação dos muitos pelos poucos, e às suas articulações como diferentes formas de opressão (...). O socialismo é também uma prática concreta sobre como atuamos no mundo que temos, para o conseguir transformar (PRÍNCIPE; MINEIRO, 2019, p. 12).

Essa definição, em primeiro lugar, negativa, ajuda-nos a definir um alvo de análise e de luta: a exploração capitalista e não o capital. Apesar da forma de circulação e acumulação do capital dentro da formação social capitalista serem determinantes sérios do sistema, o capital não é necessariamente mau nem explica o sistema de exploração capitalista. Antes, a exploração capitalista dos muitos e das muitas pelos poucos como forma de dominação é o objeto central de uma forma de pensar que seja anticapitalista. Há vantagens na definição negativa, sendo a principal não abusar do discurso identitário.

Em vez de apresentar uma contribuição estritamente assente no trabalho académico, decidi apresentar um trabalho que pretende discutir, ainda que de forma muito breve, a relação entre feminismos e socialismos. Essa relação é de particular importância num momento como o que vivemos. Nunca, como hoje, o feminismo liberal adquiriu a importância global que tem e nunca foi tão problemático para pensar o projeto feminista na sua ação concreta. Sigo aqui a tese 2 da obra de Cinzia Aruzza, Tithi Battacharya e Nancy Fraser, intitulada *Feminismo para os 99%*, sobre feminismo liberal:

Os seus defensores procuram assegurar-se que um grupo restrito de almas privilegiadas consiga atingir cargos e salários ao mesmo nível dos homens da sua classe. Por definição, os principais beneficiários são os mesmos que já possuem vantagens consideráveis a nível social, cultural e económico. Todos os restantes ficam onde sempre estiveram (ARUZZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 30).

Esse projeto feminista liberal/neoliberal (vou usar de forma intercambiável apesar de surgirem em momentos históricos muito distintos) é um importante peça da engrenagem da ofensiva neoliberal que continuamos a sofrer, essa longa marcha do neoliberalismo como lhe chama Stuart Hall (2011).

Assente na ideia de uma adaptação dos valores feministas ao *zeitgeist* neoliberal, o feminismo neoliberal produziu um modo de subjetivação individual das mulheres. Fundamentado numa versão reduzida de uma ideia de igualdade apenas concretizada de forma individual, o feminismo liberal é marcado pelo elitismo, sendo uma arma na luta de classes (*class warfare*). Nesse sentido, dizer que essa forma de operar com o feminismo, negando a importância da formação social nos modos de subjetivação, é uma das formas usadas para manter mulheres que não pertençam a determinadas classes totalmente fora do sistema, que, ainda assim, é vergonhosamente visto como meritocrático. Se quisermos usar a metáfora da corrida, algumas partem mais perto e outras partem bem longe da meta.

O problema do feminismo liberal não se esgota só por negar a importância da classe, mas por prescrever a ótica da classe média a todas as mulheres, homogeneizando-as. O feminismo liberal, por se recusar a entender que, para além da diversidade das mulheres, existem uma miríade de diferenças que organizam a sua inserção no sistema capitalista de modo totalmente diferente, acesso a oportunidades e recursos, diferentes formas de exploração, exigências e expectativas. O feminismo liberal vai esforçar-se para, através de legislação, garantir que o gênero não é o critério de exclusão, não tendo, porém, qualquer preocupação em pensar em outras matrizes de opressão e privilégio (COLLINS, 2000).

Catherine Rottenberg (2018), em sua obra *The rise of neoliberal feminism*, define um feminismo neoliberal como uma forma de feminismo que, não negando a discriminação das mulheres, desconsidera, entretanto, a forma como as nossas vidas são constituídas de maneira diferenciada por condições materiais de existência, pelas formas económicas e sociais que estruturam as nossas vidas.

Assim, usando a retórica feminista, esse discurso vem negar a importância da estruturação das formações sociais nas nossas vidas. A esse propósito, Aruzza, Battacharya e Fraser (2019) denunciam o recurso a uma ideia, bastante usada na campanha de Hillary Clinton às presidenciais em 2016, “quebrar o telhado de vidro” (*glass ceiling*, muito usado no feminismo como forma de ilustrar as mulheres que conseguiram chegar a lugares de topo e quebrar a hegemonia masculina). Para essas poucas que quebram o telhado de vidro, a maioria das mulheres fica embaixo, limpando os estilhaços.

Então, daí, também a sua ideia de um feminismo para as 99% e não apenas para as 1% que ficam no topo. Um feminismo anticapitalista, antirracista e anticolonial. Estou próximo desses posicionamentos de feminismos cada vez mais preparados para responder às muitas situações complexas e determinantes dos dias de hoje, como discuto no livro *Desobediências de Gênero* (OLIVEIRA, 2017).

FEMINISMO E ESQUERDA GLOBAL: APRENDER COM OS SABERES E FEMINISMOS NEGROS

Um dos contributos mais decisivos para mudar a face da teoria e práxis socialista foram as múltiplas interpelações que o movimento feminista fez à esquerda global e ao modo como ambos os movimentos se influenciaram, marcando-se um ao outro de forma indelével. Continuo, como feminista, a não acreditar em feminismos neoliberais e liberais que auguram o fim da opressão das mulheres e dissidentes sexuais, sem acabar com o capitalismo, esses sim, contraditórios com o socialismo.

Neste texto, portanto, mostro os múltiplos desafios que foram colocados às formas clássicas de entender o socialismo a partir do esforço interseccional de vários movimentos que se entrecruzam na esquerda global, como é o feminismo negro e o feminismo socialista.

Interseccionalidade, que será a chave central para entender as demandas que esses movimentos vão colocar à esquerda, pode ser definida como os efeitos da interação entre várias matrizes de opressão e privilégio. À guisa de exemplo, pode-se analisar a posição das mulheres negras que sofrem efeitos não só por serem lidas como mulheres, nem só como negras, mas que apresentam efeitos combinados do racismo e do sexismo. Essa proposta teórica é avançada pelo feminismo negro, nomeadamente Kimberlé Crenshaw (1991), mas encontramos pensamento interseccional em obras como as de Combahee River Collective (2003), bell hooks (2018), Angela Davis (2016; 2018), Patricia Hill Collins (2000), Sueli Carneiro (2003), dentre outras.

Dado o enorme impacto do feminismo negro (e outras formas racializadas de feminismos) e do feminismo pós-estruturalista na teoria feminista, já não é possível, de forma coerente, manter o sujeito do feminismo inquestionado e apresentado de forma inocente: a mulher. A ideia de mulher foi questionada, como forma de possibilidade e viabilidade, vista como ilusão de um sujeito coerente que nunca existiu, questionando os modos como o sujeito Mulher (DE LAURETIS, 1988) esconde e invisibiliza multidões de diferentes mulheres – pensemos, por exemplo, nas mulheres trans, nas mulheres negras, nas mulheres pobres. Assim, o termo mulher é performativo: faz coisas, produz efeitos. Pode ser usado para criar grupos como o #elenão no Brasil, contra um candidato de extrema direita ou reclamado por grupos fundamentalistas. O seu uso e seus efeitos são abertos e indeterminados.

Dessa forma, torna-se fundamental promover feminismos interseccionais, lição arduamente aprendida dos esforços dos feminismos que trouxeram a dúvida a esse sujeito mulher: essa mulher

era sempre a branca e para quem eram pensadas as políticas, as reivindicações, as falas. Daí formas mais interseccionais de feminismos (NOGUEIRA, 2017) exigirem políticas de localização, de aliança e de reposicionamento, face a esse sujeito feminista apenas aparentemente não racializado, não sexualizado, sem classe, aliado do racismo. Trata-se também de uma crítica do pós-estruturalismo que interroga sobre os efeitos desse sujeito, mas também da esquerda que tenta pensar em termos de inserção no circuito do capital: quais mulheres?

Angela Davis (2016) mostra como as pioneiras do feminismo estadunidense, apesar do seu corajoso esforço para erradicar os efeitos do sexismo e da organização social patriarcal, não consegue subtrair-se à perniciosa influência da ideologia racista. Davis (2016) mostra igualmente a importância dos posicionamentos socialistas, operários, abolicionistas da escravatura (e mais tarde do complexo industrial da prisão, continuidade do projeto escravagista) para produzirem formas de feminismo não necessariamente burguês, nem necessariamente racista, como as formas de feminismo liberal branco, também denunciadas como racistas por bell hooks (2018).

Por outro lado, há efeitos também sobre as demandas da esquerda a partir da crítica feminista. Na modernidade, dentro da formação social capitalista, a divisão sexual do trabalho (FERNANDES, 1981) divide-o entre trabalho produtivo remunerado e reprodução, delegando às mulheres a esfera reprodutiva. Nessa equação, a reprodução da mão de obra é um custo para as mulheres e, dessa forma, trabalho gratuito para quem detém os meios de produção, transformado em “instinto maternal” ou “amor”.

Bell hooks (2018) mostra como as mulheres negras, pela sua posição nas margens das sociedades ocidentais, nunca tiveram essa separação entre esfera da produção e da reprodução tão marcada. Um grande contingente de mulheres de classe trabalhadora e racializadas sempre esteve presente no mercado de trabalho e não apenas na esfera dos cuidados, muitas vezes a serviço de mulheres brancas de classe média ou burguesas. Cedric Robinson (1983) traz o conceito de capitalismo racializado (racial na sua formulação original), isto é, um profundo enraizamento de um sistema capitalista que é legitimado por divisões sociais baseadas no racismo e numa determinada ideia de raça.

Historicamente, mostra-nos Robinson (1983), a Europa tendeu a exagerar diferenças regionais e subculturais, transformando-as em diferenças raciais que estavam igualmente patentes na organização em termos de classe: os burgueses pertencem a determinados grupos étnicos e culturais, as classes trabalhadoras a outros (irlandeses, judeus, gregos, persas) e as pessoas escravizadas a mundos bem diferentes (negros, escravos, *roma/ciganos*) – sendo que, a sua maioria, eram mulheres. Essa segregação social é marcada e legitimada por uma racialização desses sujeitos, muitas vezes acompanhada por uma intersecção com a misoginia.

Essa racialização, portanto, ocorre na Europa, que, antes, no dealbar do capitalismo, estivera envolvida em processos coloniais internos, assentes na invasão e ocupação, expropriação, escravidão e hierarquia racial, ensaiando o que vai ocorrer mais tarde com África e, depois, Américas, Ásia e

Oceania. É como se fosse impossível pensar o capitalismo fora da produção de uma racialização que vai assegurar posições no circuito do capital, diferenciadas em função da raça intersectada pelo gênero, atravessadas pela colonização e colonialidade (QUIJANO, 2007). Já sabemos que se trata de um empreendimento marcado pela racialização e pela generificação. Mas como se gera esse capital que vai permitir a transição para o capitalismo?

VIOLÊNCIAS E ACUMULAÇÃO NO CAPITALISMO: COMO MUDAR?

A acumulação primitiva é descrita por Marx (2011), n’*O Capital*, como o processo fundacional do capitalismo para gerar capital e as divisões entre quem o possui e quem não o possui. Esse processo necessariamente violento, escrito “com letras de sangue e fogo”, implicou o que David Harvey (2003) vai chamar de acumulação por despossessão, que se repete ao longo do tempo e que implica baixar o preço das mercadorias de consumo, o que se repercute nos preços de produção – menores custos com mão de obra (logo menores salários), com matéria prima, com a terra etc.

O efeito combinado da colonização e o extermínio *ginocida* (genocídio de mulheres) constituem, para Silvia Federici (2017), uma forma de garantir a acumulação primitiva, por libertarem propriedade comunal que pode agora ser privatizada sem ou com menos adversários. Tal processo, sempre associado à violência sobre determinados grupos, mulheres e povos colonizados, repete-se em vários momentos do capitalismo.

Por outro lado, Arthur Evans (2015) também relaciona essas formas de opressão e, mais particularmente, no caso da dissidência sexual e de gênero, com modos de combater a dissidência religiosa e a manutenção das religiões antigas politeístas que teimavam em existir na Europa em vez de aderirem firmemente ao cristianismo católico. Essa destruição física e material era acompanhada de um epistemicídio, como o entende Ramon Grosfoguel (2016), implicando a destruição não só de saberes, mas de formas de construção e de sujeitos cognoscentes. Essa destruição ocorreu no mundo colonial, mas também na Europa, via acusação de bruxaria e heresia. A violência do início do capitalismo persiste nas suas várias fases e não apenas como processo de acumulação primitiva fundacional.

Essa conjugação entre capitalismo, racialização e ordem de gênero, questionando como se reforçam mutuamente, vem sendo elaborada na teoria feminista. Essa análise questiona diretamente as perspectivas mais ortodoxas, inteiramente assente no sujeito histórico do proletariado, sempre pensado como homem e como branco, ocultando outros grupos subalternos, que deram origem a várias discussões fundamentais, como é o caso do ensaio de Gayatri Spivak (2010), em que a autora se detém no discurso da subalterna como forma de ilegibilidade.

Subalternos, na análise crítica da autora, não podem representar-se, têm que ser representados, sendo representação usada no sentido de substituição, alguém que fala em lugar do subalterno. Não por acaso, a imagem da subalterna é de uma mulher que se suicida por não

conseguir realizar um atentado, deixando evidente que não se matou por estar grávida, dado que aguarda pela menstruação para o fazer. A tragédia da subalterna não é que não possa falar, é que ninguém descodifica o que diz. Ela está fora do campo do representável, ela não se representa, tem que ser representada. Como diria Marx (2011), no *18 do Brumário de Louis Bonaparte*, sobra a classe dos pequenos proprietários.

Sheila Rowbotham, Lynne Segal e Hilary Wainwright (2015) trazem a experiência do feminismo para repensar o socialismo como um movimento de movimentos sociais, fazendo-nos pensar para além dos fragmentos que cada um desses movimentos almeja, numa estratégia concertada de objetivos mais amplos, coligativos, no sentido de alianças, ainda que mais temporária e menos hierárquica que um partido tradicional. Essas estratégias fundamentam-se num programa político que visa não deixar questões sem resposta, exigindo uma intervenção da esquerda nas múltiplas questões que nos afligem: fazer as lutas todas.

Essa compreensão, muito para lá da lógica estrita de classe ou da emancipação do proletariado, sem, no entanto, esquecer-las, implica os tempos que correm uma atenção muito particular ao neoliberalismo. Como mostra Wendy Brown (2015), na sua configuração atual, a racionalidade neoliberal encontra-se em colisão aberta com a ideia de democracia liberal, relativamente cara e pouco eficiente para os critérios de um estado mínimo, sem recursos, que deve, acima de tudo, defender o mercado e retirar-se do projeto de redistribuição da riqueza, para que a iniciativa privada e a ‘mão invisível’ do mercado possam agir.

Essa crença na produção de efeitos tendentes ao equilíbrio dos sistemas económicos operados a partir dos mercados é do domínio da fábula. Trata-se, antes, de se apropriar do que é público e comunal, que dê lucro, e de nacionalizar as dívidas até de privados, como foi o caso da recente crise bancária europeia. A cartilha neoliberal representa um retorno ao modelo de acumulação primitiva, dada a gula da economia de cassino que atualmente presenciamos como modelo do capitalismo financeiro em esteroides (ROTTENBERG, 2018). E, inclusivamente, há feminismos neoliberais, a que já aludimos, mostrando a capacidade infinita do capitalismo de mercantilizar até o feminismo, associando-o à indústria da beleza, cosméticos, produtos pensados como feminismos.

Feminismos pensados para sujeitos neoliberais, empreendedores e capazes, empresários de si mesmos ou feminismos carcerário, que tomam como solução para o sistema de gênero o encarceramento sistemático e participam do esforço de manutenção do complexo industrial da prisão, continuidade lógica da escravatura e que afeta desproporcionalmente a população negra e afro-descendente, como denuncia Angela Davis (2018).

Por contraponto, Judith Butler (2016) recorre ao conceito de precariedade para falar de uma condição politicamente induzida de vulnerabilidade e que se distribui assimetricamente entre as populações, por matrizes de opressão e privilégio. Certos grupos são mais suscetíveis do que outros. A precarização dessas populações é o processo através do qual tais populações se aclimatizam

progressivamente a uma condição de precariedade, como se habituam lentamente a ter a sua vida e segurança colocadas em causa pelo regime neoliberal, através da degradação das leis laborais, da destruição de determinados direitos essenciais, como saúde, trabalho, habitação, entre outros. Assim, é na ação coletiva que emerge da consciência de uma coletivização dessa precariedade, através do fato de nos sentirmos coletivamente vulneráveis e frágeis, que podem emergir alianças inesperadas e resistências ao neoliberalismo e às colonizações (como é o caso da ocupação da Palestina por parte de Israel).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um esforço em tomar as ruas e, a partir das ruas, corpos incitarem outros corpos a resistir, uma política do corpo que exige direitos básicos para viver, simultaneamente, reconhecimento e condições materiais. Trata-se de uma tarefa para um feminismo socialista, mas que é crucial na construção do próprio socialismo. Não há contradição entre feminismos e socialismos, exceto se falarmos de feminismos comprometidos com projetos neoliberais e carcerário ou de socialismos atávicos que ainda acordam com sonhos molhados com amanhãs que cantam a heroicidade do proletário macho branco cis heterossexual.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHRYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%*. Lisboa: Objectiva, 2019.

BROWN, W. *Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone, 2015

BUTLER, J. *Notes towards a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, nº 49, p. 117-133, 2003.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A black feminist statement. In: McCANN, C.; KIM, S. K. (Org.), *Feminist Local and Global Theory Reader*, New York: Routledge, p. 164-173, 2003.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, nº 6, p. 1241–99, 1991.

DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?* São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LAURETIS, T. *Technologies of gender: essays on theory, film and fiction.* Bloomington: Indiana University Press, 1987.

EVANS, A. *Brujeria y contracultura gay.* Barcelona: Laberints, 2015.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa.* São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, M. T. S. *Women and the wage labor system: A theoretical approach to the sexual division of labor.* Tese (Doutoramento Sociologia), Brandeis University, Boston, 1981.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo do século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abril, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2020.

HALL, S. The neoliberal revolution. *Soundings*, 48, p. 9-27, 2011.

HARVEY, D. *New imperialisms.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

hooks, b. *Não serei eu mulher?* Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

MARX, K. *18 do brumário de Louis Bonaparte.* São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O capital.* São Paulo: Boitempo, 2011.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista.* Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA, J. M. *Desobediências de gênero.* Salvador: Devires, 2017.

QUIJANO, A. Coloniality and Modernity/Rationality. *Journal Cultural Studies*, vol. 21, n. 2-3, p. 168-178, march/may, 2007 21, 2007.

PRÍNCIPE, C.; MINEIRO, J. (org.). *ABC do socialismo.* Lisboa: Parsifal, 2019.

ROBINSON, C. *Black Marxism: the making of Black radical tradition.* Chapel Hill: North Carolina University Press, 1983.

ROTTENBERG, C. *The rise of neoliberal feminism*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ROWBOTHAM, S.; SEGAL, L.; WAINWRIGHT, H. *Beyond the fragments*. Londres: Merlin, 2015.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.